

Terceira via?

Coletânea propõe nova perspectiva ao desenvolvimento econômico do país que seja capaz de conciliar a existência de um Estado nacional forte e de um mercado interno altamente competitivo e forte. A premissa é gerar desenvolvimento econômico que não seja insensível à pobreza e à desigualdade social.

por **Pedro F. Bendassolli** GV-executivo



Novo-desenvolvimentismo
J. Sicsú, L. F. de Paula e
R. Michel (Orgs.)
Manole, 2005.

O Brasil é um país de contrastes. Possui o segundo maior Produto Interno Bruto (PIB) da América Latina, mas metade de sua população está abaixo da linha da pobreza. O país tem a maior quantidade de investimentos estrangeiros diretos da região, mas agrava progressivamente sua situação com pagamentos onerosos de juros de sua dívida externa, hoje em torno de US\$ 235 bilhões. Com a experiência de sucessivos planos econômicos, hoje a inflação média anual do país é de cerca de 8% ao ano, mas, ao mesmo tempo, só consegue atrair o capital estrangeiro com taxas de juros extremamente altas, em uma média que oscila em torno de 16% ao ano.

Contrastes também podem ser encontrados nas tentativas de desenvolvimento do país. A estratégia de substituição de importações e a criação de um mercado interno altamente protegido por impostos e medidas proibitivas esteve na raiz da industrialização do Brasil na primeira metade do século XX. A primeira versão do desenvolvimentismo do país trouxe como resultado a criação de uma indústria pesada de base no Brasil. Mas, ao mesmo tempo, foi também responsá-

vel pela instalação de um Estado forte, intervencionista e principal agente econômico. Mais do que isso, o protecionismo contribuiu decisivamente para deixar a indústria local sem competitividade internacional por muito tempo, fato revelado quando da abertura do país ao mercado internacional.

Para a solução desses contrastes, outras tentativas foram ensaiadas. A principal, talvez, tenha sido a busca de um caminho inverso ao do protecionismo. Nesse caso, é o mercado que dita as regras e impõe suas condições. Abertura total, diminuição do papel interventor do Estado, autorização da mão cega do jogo concorrencial. Nessa concepção, o desenvolvimento surge de uma acomodação natural dos mercados, a qual ocorre tendo como motor a maximização de interesses individuais. Ora, os fatos recentes da história econômica do país mostram, com abundância de evidências, ganhos e perdas dessa postura econômica. Talvez as principais perdas tenham sido a ampliação da pobreza e da desigualdade e o enfraquecimento do Estado nacional.

É circulando entre esses contrastes, ou pontos extremos, que se situa o livro

organizado por João Sicsú, Luiz Fernando de Paula e Reanut Michel, *Novo-desenvolvimentismo*. A premissa básica da coletânea é de que as condições que davam sustentação ao velho projeto desenvolvimentista já não podem mais ser encontradas, tornando-se necessária a proposição de uma nova abordagem ao desenvolvimento econômico orientada por quatro princípios básicos. Primeiro, que não haverá mercado forte sem um Estado forte; segundo, que não haverá crescimento sustentado a taxas elevadas sem o fortalecimento dessas duas instituições; terceiro, que um mercado e um Estado fortes somente serão construídos por meio de um projeto nacional de desenvolvimento que compatibilize crescimento econômico sustentável com equidade social; e quarto, que não é possível atingir o objetivo da redução da desigualdade social sem crescimento a taxas elevadas e continuadas.

O livro está organizado em quatro partes. Na primeira, “Redirecionando a Economia”, avaliam-se os constrangimentos macroeconômicos atuais que impedem um crescimento sustentável da economia brasileira. Na segunda, “Reconquistando a Economia Nacional”, discute-se a inserção da economia brasileira na economia mundial, tanto do ponto de vista das relações comerciais do país com o resto do mundo quanto da sua integração no mercado financeiro internacional. Na terceira parte, “Transformando a Realidade Socioeconômica”, são abordadas questões referentes à exclusão social no Brasil, relacionando-as a produtividade, mercado de trabalho, microcrédito e relações raciais. Na última parte, “Reformando o Sistema Financeiro”, apresentam-se propostas específicas para a reforma do sistema financeiro brasileiro, incluindo questões

como alternativas de financiamento, sustentabilidade da dívida pública e redução de *spread* bancário no país.

Recomendamos a leitura do livro por alguns motivos. Primeiro, pela grande variedade de contribuições e de pontos de vista encontrada na obra. Segundo, pela proposta de integração entre dois domínios cuja separação revelou-se nociva ao longo das últimas décadas, a saber, entre mercado e Estado, ou entre esfera privada e pública. A idéia de aproveitar o momento econômico atual, com suas forças e fraquezas, em benefício de um crescimento sustentável, entendendo por isto um desenvolvimento social equitativo, parece vir em boa hora, quando o discurso neoliberal parece ter se tornado um mantra reiteradamente professado. Em terceiro lugar, a obra instiga no leitor um misto de nacionalismo, soberania nacional e reconhecimento das forças irreversíveis do mercado global. Em suma, um livro corajoso.

Pedro F. Bendassolli
Editor associado da GV-executivo
E-mail: pbendassolli@fgvsp.br

“O novo-desenvolvimentismo é uma proposta que se coloca contra o puro monetarismo neoliberal, sugerindo a necessidade de se construir, simultaneamente, um Estado e um mercado fortes, unidos em torno do crescimento econômico equitativo e sustentável.”